



ENTREVISTA
Thiago Rodrigues

12 | InterAção

1. O narcotráfico, por ser um movimento transnacional, exige medidas específicas no que tange ao combate. Podemos afirmar que soluções em curto prazo por parte das entidades governamentais serão insatisfatórias?

Existe uma grande coerência na política global sobre drogas que é o consenso em torno da proibição. Temos hoje um regime internacional de controle de drogas estabelecido já há muitas décadas, principalmente desde os anos 60, e que se articula a partir do princípio de que proibir e reprimir tanto a produção quanto todo circuito de comercialização e consumo é a política indicada para enfrentar a questão das drogas ilícitas. Nos últimos anos houve algumas mudanças pontuais em países isolados, mas essa é a grande política global sobre drogas.

As políticas de repressão nacionais têm algumas dimensões que são transnacionais, ou melhor, de cooperação. Às vezes há cooperação entre países, às vezes não; às vezes são intervenções mais por repressão, principalmente exercida pelos Estados Unidos. O fato é que diante da continuidade da ilegalidade e da repressão, o narcotráfico se mostra flexível e adaptável.

Então, o que vem acontecendo historicamente é que quando se reforça a proibição e a repressão em um determinado lugar, país ou região há um trânsito para outros espaços. Por isso, a chamada cooperação internacional será sempre insuficiente para acabar com o narcotráfico, na vigência desse atual regime.

2. O que seria uma visão libertária das Relações Internacionais?

Uma visão libertária das Relações Internacionais é, antes de mais nada, uma visão agonística das Relações Internacionais.

O que quer dizer isso? É uma visão interessada no combate às verdades estabelecidas e no combate às perspectivas já consolidadas, não por preciosismo ou por um capricho, mas como uma tentativa de mostrar que os conceitos e as teorias no jogo da produção do saber têm uma história e têm também intencionalidades políticas.

O campo das teorias de Relações Internacionais, por exemplo, é extremamente naturalizado. Quer sejam as perspectivas teóricas realistas ou liberais, elas são extremamente naturalizadas como se não houvesse alternativa possível de pensamento fora desses espaços. Então, é preciso mostrar que é possível sim pensar desde outras perspectivas para analisar os acontecimentos internacionais desde outros ângulos. E, a partir disso, mostrar uma outra coisa: que essas perspectivas consolidadas, as clássicas em Relações Internacionais, têm compromissos políticos que não são explícitos e mas que as vinculam com o Estado; com a justificação e defesa do Estado. Elas fazem parte de uma tradição da filosofia política, que é de legitimação do Estado, ainda que isso não seja explícito ou autoevidente. Assim, elas estão no campo de discurso jurídico-político, como nomeou Michel Foucault, e é preciso explicitar essa filiação para que primeiro a gente possa desnaturalizar esses discursos e abrir caminhos para possibilidades de pensamentos diferenciados e não, necessariamente, comprometidos com a defesa do Estado e do capitalismo.

Por isso a urgência de uma atitude de combate; e *agonismo* é combate. Essa perspectiva libertária, então, é agonística no sentido de liberar visões diferenciadas, explicitando as criações políticas no Estado, no regime econômico capitalista e nas na-

turalizações do que existe tanto no campo econômico quanto no político. Essa perspectiva estaria interessada em destacar não apenas os jogos diplomáticos e militares dos Estados, dando a entender que as RI se resumiriam a eles. Ao contrário, o libertarismo nas RI estaria atento às resistências ao poder, aos contrapoderes, às invenções de novas práticas sociais. Estaria atenta ao que é dissonante e evidencia que há combate, uma guerra na política, constante e incontornável que desafia as teorias tradicionais que querem nos convencer que a guerra é apenas um fenômeno militar domesticado pelo Estado e que acontece, vez ou outra, no plano internacional. Haveria aí, com esses elementos, um ensaio de uma perspectiva libertária das RI.

3. Na atualidade, nas Relações Internacionais, ainda a Escola Realista é a “melhor” que explica os fenômenos internacionais?

Existe um debate entre as teorias sobre qual seria a mais adequada, qual seria a melhor para explicar os fenômenos internacionais. Trata-se de uma disputa por prestígio acadêmico e por influência política. O realismo teve um apelo muito grande durante a Guerra Fria por seu caráter instrumental muito importante para os Estados Centrais e, principalmente, para os Estados Unidos naquele momento. Então, ela se afirmou como instrumento teórico e de formulação política, ou de orientação para a elaboração de política externa, muito interessante para os Estados Unidos e seus aliados.

Analisando por esse prisma, o realismo não é melhor ou pior do que outras perspectivas. Ele foi historicamente mais adequado às articulações, as intencionalidades políticas dos Estados poderosos.

Com isso, o realismo se afirmou politicamente, e ao mesmo tempo, também se afirmou academicamente. Ele nunca foi melhor do que qualquer outra perspectiva, mas ele foi sim melhor articulado e instrumentalizável do ponto de vista político e, a partir daí também se firmou no mundo acadêmico.

4. Em sua opinião, está havendo uma “crise de paradigmas” nas Relações Internacionais?

Eu acho que não. O que existe são questionamentos a respeito dos chamados paradigmas clássicos; e os próprios “paradigmas clássicos” se readaptaram nos anos 90. Existe uma falsa dicotomia, na qual muita gente ainda aposta, da separação estanque, absoluta, entre liberalismo e realismo. Digo falso porque eles pertencem a uma mesma tradição filosófico-política e operam com categorias e princípios semelhantes. O que eles têm, historicamente, é uma disputa por influência que não é uma disputa em torno de princípios ou de antagonismo. Realismo e liberalismo não são inimigos; são mais adversários disputando espaços e influência na academia e nos corredores do poder dos países centrais. O compromisso político muitas vezes velado de ambas as correntes teóricas é com a afirmação da importância e inevitabilidade do Estado e do capitalismo, ainda que discordem, por vezes, no receituário para alcançar o mesmo fim: a saúde da forma-Estado como modelo de organização política e do capitalismo liberal e o regime da propriedade como sistema econômico global e incontornável. Ambos não têm uma grande diferenciação do ponto de vista da sua base filosófico-política, e puderam se adaptar e articular nos anos 90, diante do fim da Guerra Fria.

O que há hoje não é uma crise desses paradigmas, mas a emergência de novas possibilidades de questionamento, que aí sim são de outras teorias ou de analíticas que vão surgindo sem pretensão teórica e que podem atacar este núcleo que é bastante articulado da tradição realista/neo-realista e da tradição liberal/neoliberal. A maioria dos cursos de graduação e pós-graduação continua filiada a uma dessas teorias – ou às combinações possíveis entre ambas – e os discursos dos países centrais seguem lançando mão dos seus princípios. Há, no entanto, outras perspectivas que despontam compondo alianças, abrindo espaços em universidades, publicando livros e artigos, inventando revistas e projetos de pesquisa. Essas perspectivas não nascem fora do campo das RI, mas em meio à preponderância das teorias tradicionais que seguem associadas ao poder político, econômico e acadêmico.

5. Os BRICS estão preenchendo vácuos de poder com declínio relativo do poder norte-americano?

Não penso que os BRICS venham preencher vácuos de poder. O que me parece é que há uma nova redistribuição, tanto do ponto de vista econômico quanto das questões de gerenciamento político dos temas planetários, na qual os BRICS cumprem uma função. A emergência dos chamados BRICS é interessante para essa nova fase do capitalismo transterritorial, planetarizado, e para o enfrentamento de questões políticas e econômicas planetárias, que já não podem ser enfrentadas isoladamente pelos países, nem mesmo pelos Estados Unidos.

Então, a emergência dos BRICS não vem para confrontar os Estados Unidos; ao contrário, os BRICS viriam para auxiliar o gerenciamento das questões planetárias que beneficiam a eles próprios

e aos Estados Unidos. Desse modo, eu não vejo como um enfrentamento, mas como uma realidade nova, na qual existe uma outra articulação entre os Estados. Os Estados Unidos não deixam de ter o protagonismo, mas acabam dividindo e compartilhando, digamos assim, funções gerenciais com outros países e com conglomerados de outros países – como a União Europeia e outras associações – e os BRICS entrariam aí como um novo arranjo para o governo das questões planetárias.

6. Caminhamos para uma multipolaridade?

Multipolaridade implicaria numa ideia de que haveria Estados posicionados de forma estanque, competindo entre eles. Não me parece que isso seja um novo arranjo da política global, porque se hoje há competição entre os Estados há, também, uma complementaridade na ação dos Estados que não exclui as assimetrias de poder econômico e geopolítico, mas que se interessa muito mais pelas articulações possíveis, que interessam aos Estados, em maior ou menor grau. Como despontam Estados supostamente dotados de novos potenciais, pode-se sugerir uma ideia de multipolaridade na qual cada um estaria na sua trincheira competindo por hegemonia, ou visando estabelecer o equilíbrio de forças precário, ainda baseado numa lógica westphaliana. Já não me parece que as relações internacionais obedecam a essa fórmula. Estados e conglomerados de Estados associam-se e competem numa lógica global e diante dos fluxos transterritoriais de capital, produtos, informações e “ameaças” que os leva a buscar arranjos diplomático-militares coligados e regimes internacionais renovados e de alcance global. Se analisarmos pela perspectiva do ca-

pitalismo – seu fortalecimento e expansão – seria possível dizer que China e Estados Unidos, por exemplo, são polos antagonistas?

7. Em termos de construções de cenário: qual será o cenário mais provável para daqui a vinte anos, considerando Estados Unidos, China, União Europeia e Brasil?

Se for válida a hipótese de uma articulação planetária para gerenciamento das questões globais, seria possível imaginar uma continuidade desse processo, pelo menos nos próximos anos, que não levaria a uma confrontação apocalíptica como muita gente prevê, mas à consolidação dessas formas de governo do planeta e dos fluxos planetários que interessam a todos esses países ou conglomerado de países: Brasil, China, Estados Unidos e União Europeia.

Todos eles estão interessados em quê? Na continuidade do capitalismo global, nessa remuneração capitalista global, nos fluxos de produção, nos fluxos de capital e de produtos. Todos eles, em maior ou menor grau, têm uma participação nesse grande mercado global, e se articulam para poder fazer com que esse mercado global exista e seja minimamente seguro para reprodução dessa lógica. Então, me parece que há uma tendência para que isso se consolide. Eu não vejo um grande antagonismo belicista, por exemplo, entre China e Estados Unidos, e sim, muito mais, uma complementaridade, que não é isenta de tensões.

8. O que falta para o Brasil sair da condição de país emergente para um país de destacada e ativa participação no sistema internacional?

As categorias de país emergente ou decadente são muito

conjeturais. Não se pode esquecer que a própria discussão sobre os BRICS, por exemplo, surge de agências de avaliação de risco de países, que tem haver com avaliações de mercado financeiro internacional. Então, nesse tipo de avaliação não se consideram contextos socioeconômicos, políticos e históricos específicos de cada país, refletindo muitas vezes, visões de agências privadas voltadas ao mercado financeiro e aos interesses de investidores internacionais.

É possível, no entanto, pensar que o Brasil já emergiu. Eu penso que o Brasil já ocupa um espaço, nesse arranjo para o governo das questões planetárias. O Brasil ocupa uma função na economia contemporânea e cumpre uma função, inclusive, no campo da segurança planetária se apresentando como um partícipe desse gerenciamento das questões planetárias. O Brasil, nesse sentido, já emergiu.

O fato de ser considerado um dos primeiros postos na economia planetária; o fato de ter ampliado sua zona de influência diplomática e de ter a pretensão é de ampliá-la ainda mais, fazem do Brasil um país pronto a estabelecer conexões e interfaces para o governo do planeta. Nesse sentido, o Brasil se apresenta para ocupar papéis de gerenciamento, mesmo que sejam locais e para além da América do Sul, que é a sua área de tradicional influência, como indica, por exemplo, a sua participação na MINUSTAH, no Haiti, desde 2004. Há, também, a reentrada na África a partir do partido do Governo Lula, com uma conexão interessante que merece ser estudada e problematizada, com a Política Externa do Governo Militar, do governo Geisel em especial, que teve um olhar para a zona de influência africana e do Atlântico Sul, e que voltou a ser tema da agenda diplomático-militar brasileira nos dois mandatos de Lula.

Então, a situação é a de um Brasil que tem pretensões de assumir maior relevância internacional em tempos nos quais existem novos problemas para a manutenção do poder político centralizado – na forma dos Estados e dos conglomerados de Estado – e para a continuidade do capitalismo global. O dispositivo diplomático-militar brasileiro parece investir, com sucesso até agora, nessa inserção nos novos arranjos para o governo do planeta, nos quais o Brasil passa a ocupar um papel gerencial de médio escalão em escala planetária e de alto escalão no plano regional.

